

Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço*

Ralfo Matos**

A desconcentração torna-se objeto da atenção de estudiosos não só pelas conseqüências que pode imprimir nas políticas públicas e ações de governo, mas porque contraria teses vigentes até muito recentemente sobre a tendência à macrocefalia urbana (nos moldes das megalópoles) e esvaziamento das áreas não centrais do interior do país. A análise dos fluxos e características das migrações internas pode elucidar vários aspectos que permeiam as questões da desconcentração econômico-espacial, no lato senso, e da desconcentração populacional, no estrito senso.

Introdução

O estudo dos fenômenos de concentração e desconcentração da população no espaço requer a introdução de algumas questões teóricas acerca das transformações que sociedades urbano-industriais vêm experimentando, questões estas que ultrapassam o âmbito demográfico mais estrito.

As seções subseqüentes procuram relacionar os fatores básicos que explicam os processos de concentração espacial, mormente no que tange à sua gênese e formação; introduzir a discussão da

reversão de padrões de concentração populacional observada mais recentemente; e integrar a migração às discussões teóricas, como um componente demográfico chave para a análise e descrição da dinâmica econômico-espacial.

A formação e desenvolvimento de estruturas espaciais concentradas

Ao estudar os fatores que explicam, teoricamente, a formação de estruturas espaciais concentradas, é indispensável considerar, a princípio, a distribuição dife-

* Uma versão diferente deste trabalho consta de minha tese de doutorado, *Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG), 1995.

** Professor do Instituto de Geociências da UFMG.

renciada de recursos naturais e populacionais no espaço geográfico.

É inegável que a dotação de recursos naturais constitui um dos fatores de maior relevância na gênese do crescimento econômico, *vis-à-vis* o processo de concentração espacial (Diniz e Lemos, 1990). Sua distribuição desigual pode determinar, no tempo, a cristalização diferenciada de vantagens comparativas inter-regionais. Os recursos naturais tiveram grande importância histórica na formação das várias economias regionais no Brasil. Por meio deles o país ampliou decisivamente sua produção de riquezas no passado, consolidando gradativamente seus laços de intercâmbio comercial com o exterior (1).

A população, da mesma forma, pode ser vista como um recurso que induz à concentração da produção, embora de forma não determinante. Será muito mais importante se estiver disponível para o trabalho, em quantidade e qualidade suficientes. A formação de estoques de mão-de-obra nos mercados de trabalho urbanos constitui, para muitos autores, uma estratégia associada à expansão histórica do capitalismo que afeta o nível médio de remuneração da força de trabalho.

Quando se discute a díade concentração-desconcentração, é essencial ter em conta que as cidades são áreas fundamentais dentro dessa temática. Além de se constituírem em capital fixo e funcionarem como uma grande unidade de produção, contribuem para o crescimento econômico, ao gerarem grandes merca-

dos, ao permitirem uma maior especialização na produção e distribuição das mercadorias e ao facultarem o surgimento dos "fatores espaciais", sobretudo na forma das economias de aglomeração.

Estas últimas, conhecidas na literatura como vantagens aglomerativas, ajudam a entender as relações de causalidade recíproca entre as atividades econômicas e o ambiente urbano. Ou seja, os fatores econômicos são atraídos para as cidades e, simultaneamente, as cidades condicionam o crescimento econômico.

Tais economias constituem um dos fundamentos da organização do espaço econômico, ao favorecer a produção e reprodução de atividades com custos diferenciados espacialmente. São, no entanto, um conceito bastante complexo no interior das teorias da localização, por extrapolar os clássicos fatores que afetam as decisões locais de uma firma (os custos de transporte envolvendo a matéria-prima, o produto final e a mão-de-obra). A idéia básica é que a proximidade espacial entre vendedores e compradores torna menos oneroso o movimento de insumos intermediários entre os setores produtivos (2).

As economias de aglomeração apresentam variados tipos de benefícios para as firmas, pois propiciam a redução dos custos de comunicação com fornecedores, compradores e agentes públicos, influem positivamente nas necessidades de estoques (matéria-prima, manutenção etc.) e de trabalho especializado, configurando, enfim, uma série de fatores que tendem a se reforçar mutuamente à me-

(1) Todavia, é importante ter em mente que o meio natural não deve ser visto como o fator mais decisivo na organização espacial, porquanto "lugares dispostos de condições naturais semelhantes não foram explorados ao mesmo tempo, nem serviram de base ao mesmo tipo de produção" (Santos, 1985:68).

(2) Desde os primórdios da análise regional, fatores dessa natureza não eram de todo desconhecidos, porquanto o caráter social da produção capitalista nunca foi ignorado pelos economistas clássicos. Sabia-se que a concentração de várias unidades produtivas num mesmo lugar, operando em escala crescentemente ampliada, viria reduzir os custos globais da produção e disseminar vantagens generalizadas para todos. A própria indivisibilidade de uma série de investimentos (públicos e privados) representa o protótipo dos ganhos de escala, e é um fator notável de concentração espacial (aliás, as indivisibilidades são típicas do meio urbano).

dida que a área urbana se expande, ampliando-se a escala, a complexidade e a diversificação econômica (Redwood III, 1984:37) (3).

A despeito das indagações que persistem sobre tais economias, parece não haver dúvidas de que, além de refletirem o tamanho e as características dos setores produtivos, incorporam uma série de vantagens inerentes à aglomeração espacial. A facilidade de contratação de mão-de-obra em grande quantidade, inclusive especializada, e a conseqüente redução de custos de produção são tanto uma espécie de prerrogativa das grandes firmas quanto uma condição dada pela localização urbana. Ganhos na provisão de insumos intermediários, decorrentes da presença de infraestrutura de transporte e de serviços públicos de qualidade, resultam da aglomeração da produção no espaço, do nível geral do desenvolvimento econômico, sendo particularmente notáveis no ambiente das grandes cidades.

Desta forma, a cidade pode ser vista como uma grande firma, viabilizando, com o seu crescimento, a produção interna de uma série de bens e serviços. A economia se beneficiaria da integração vertical da produção urbana através de insumos partilháveis (condições privadas de armazenamento, oficinas de manutenção, centros de treinamento de trabalhadores etc.) (Azzoni, 1986:74-75). As vantagens aglomerativas típicas de ambientes urbanos bem equipados de infraestrutura pública, dotados de comércio va-

riado e abrangente, podem contrabalançar os riscos de instalação de novos produtores, em face de um mercado geralmente pouco transparente, pela perspectiva irradiadora que as atividades urbanas costumam imprimir.

Na verdade, o poder aglutinador de uma grande cidade ultrapassa em muito seus limites físicos. Desde o século passado, com o advento da chamada "revolução dos transportes", a atividade industrial vem crescentemente ganhando maior fluidez locacional e promovendo a separação física entre as etapas de concepção, produção e comercialização. Pode-se, hoje, usufruir das vantagens atinentes aos ambientes urbanos desenvolvidos sem que as instalações produtivas se situem em local muito central. Daí a pertinência do conceito de Isard (1960), *economias de regionalização*, que envolveriam o âmbito supra-urbano, aludindo a toda a atmosfera inovadora dos grandes centros.

Em grandes extensões de áreas urbanas, quando os serviços urbanos tornam-se uma quase ubiquidade, a região, mais que a cidade, emerge como "um campo aglomerativo composto por forças centrípetas dirigidas por canais e pontos específicos dentro das áreas", que difundem vantagens (como múltiplos contatos, novos produtos, informações tecnológicas etc.) derivadas do ambiente proporcionado pela megaaglomeração e reduzidas restrições espaciais (Azzoni, 1986: 80) (4).

-
- (3) Alguns autores dividem as economias de aglomeração em três categorias: (a) economias de escala, correspondentes aos ganhos derivados da elevação da escala de produção; (b) economias de localização, referindo-se a reduções de custos de uma firma decorrentes de sua localização próxima de outras do mesmo setor (uma espécie de extensão da anterior, mas em plantas diferentes); (c) economias de urbanização, decorrentes da aglomeração de um grande número de atividades econômicas (todos os setores), população, renda, mão-de-obra qualificada, serviços de manutenção desenvolvidos, que facilitam as trocas de experiência, disseminação de inovações etc., geralmente num espaço urbano de expressão (Azzoni, 1986:72-73).
- (4) Afinal, a produção tem encontrado mais liberdade de localização, em decorrência da separação das atividades de decisão e gerenciamento das de fabricação, do progresso técnico nos transportes e comunicações (reduzindo as fricções da distância) e da expansão da oferta de serviços urbanos de forma quase homogênea em uma grande região-core.

Outros fatores também participam da explicação do processo de concentração espacial das atividades econômicas, a exemplo dos associados à capacidade empresarial, à estrutura social do país ou região, à eficiência do sistema de comunicação ou de mercados de capitais, à presença de um serviço público adequado (dependente do grau e das formas de atuação e intervenção das esferas de governo).

As relações internacionais, combinadas à atuação do Estado e à dinâmica interna de acumulação, podem ser consideradas fatores-síntese e condicionantes de cunho mais estrutural, dada a importância histórica com que se revestem, agindo geralmente de forma combinada (5).

A dinâmica interna do processo de acumulação no capitalismo industrial, em face das tendências de maximização dos lucros, concorrência e concentração de capitais, *vis-à-vis* os efeitos do progresso tecnológico, favorece a ampliação dos mercados e da escala de produção. O aumento do tamanho das empresas e a conquista de novos mercados exigem a retificação e expansão da rede de transportes e circulação, de modo a adequá-la aos propósitos de

eficiência na distribuição de mercadorias, alterando, assim, as estruturas internas das cidades e regiões (6).

A ação do Estado, por seu turno, sobretudo quando intervém nas áreas de transportes e comunicações, no âmbito da normatização jurídico-institucional e na execução de obras de infra-estrutura, geralmente deixa efeitos significativos no processo de desenvolvimento econômico. O seu amplo leque de ações, distribuindo favores e incentivos, controlando preços, crédito e juros, propiciou o surgimento de termos de troca desfavoráveis ao campo relativamente à cidade (Singer, 1976).

Recorde-se que as intervenções do Estado, por intermédio da elite econômica e política que o conduzia, foram decisivas para o desenvolvimento da cafeicultura neste século e para a consequente afirmação do capitalismo no Brasil, porquanto participaram ativamente do recrutamento de mão-de-obra imigrante estrangeira, protegeram os interesses do café (políticas de valorização e de câmbio) e, indiretamente, facultaram a generalização do trabalho assalariado, elemento básico para as transformações que o país experimentou (7).

-
- (5) A observação das relações centro-periferia, como postulavam os histórico-estruturalistas, desnudaria os novos vínculos de dependência associados aos impactos da industrialização dos países centrais sobre a periferia (Quijano, 1968). O Brasil ainda possui profundas marcas na organização espacial resultantes das características históricas da economia exportadora do passado. Até o último terço do século XIX, o país dependia diretamente da dinâmica do mercado internacional. Os frágeis laços que uniam as regiões brasileiras confirmavam a característica dispersa da economia, que funcionava de forma semelhante aos enclaves exportadores sediados em regiões isoladas. A formação de um mercado interno era, portanto, algo bastante difícil. Desta forma, o país, já no século passado, conseguiu consolidar uma expressiva base territorial, pontilhada por numerosas localidades e enclaves semi-autárquicos.
- (6) Destarte, a indústria, ao considerar as localizações que minimizam custos, geralmente procura cidades dotadas de uma base comercial. Em seqüência, inicia-se um processo de redivisão social do trabalho (que influi visivelmente na migração campo-cidade), deflagrando mecanismos de especialização e complementaridade (com o aumento das trocas intersetoriais), inflando as economias de aglomeração, o que poderia retroalimentar o processo de geração de inovações técnicas. A constituição e consolidação dos mercados, por sua vez, passam a depender da dinâmica demográfica, enquanto tendências históricas de crescimento e/ou potencialidades dadas pela composição etária da população, migração etc. (cf. Singer, 1976).
- (7) Gradativamente se modificaria o padrão localizacional da economia brasileira a favor do eixo São Paulo-Rio, em virtude do pressuposto de integração do mercado nacional imposto como condição para a expansão da acumulação industrial. Para isto foi indispensável: eliminar as barreiras fiscais interestaduais (importante fonte de divisas para as economias regionais e fator de proteção às atividades industriais pouco competitivas); ampliar expressivamente os meios de comunicação (notadamente a rodoviária, após 1930); e assegurar o abasteci-

A propósito da questão dos pólos de desenvolvimento, é importante ressaltar que o crescimento econômico, visto da perspectiva da difusão ou transmissão espacial dos efeitos dinâmicos do crescimento, é um tema conhecido da análise regional. Hirschman (1958) considerava que o desenvolvimento econômico é, por natureza, desequilibrado e ocorre em certas empresas e indústrias líderes.

Um princípio subjacente a essa formulação é o da existência, em um país, de alguns pontos privilegiados para a implantação de indústrias, em face das economias externas ali presentes. Os agentes econômicos acabam por sobrestimar tais fatores em detrimento de outras alternativas. O processo, uma vez iniciado, induz o desenvolvimento em regiões mais atrasadas, através das forças "de alívio", que funcionam por meio do comércio inter-regional e da intervenção coordenada dos governos. Este efeito depende muito da existência de complementaridades entre as indústrias do *core* (8) e as da periferia. Caso elas não existam, o progresso do centro pode ter efeitos desfavoráveis sobre a periferia (perda de poupança, de força de trabalho etc.).

Myrdal (1958), mais pessimista com relação à difusão espontânea do crescimento (embora com uma visão seme-

lhante), sustentava que os movimentos de mão-de-obra, capital e bens de consumo (*backwash effects*) são formas de se drenar recursos da hinterlândia, reforçando o processo de acumulação das áreas centrais e ampliando a distância entre o *core* e a periferia. Os efeitos de difusão (*spread effects*) representariam a forma de se contrabalançar o mecanismo vicioso da causação circular cumulativa, através do intercâmbio inter-regional, que poderia permitir o vazamento do desenvolvimento para algumas regiões fora do *core*. O autor é, porém, bem cético quanto a tal difusão, entendendo que quase sempre prevalecem os efeitos regressivos no desenvolvimento (9).

Em conseqüência destas idéias, podia-se definir região polarizada como uma área heterogênea, contínua, cujas diversas partes são interdependentes, através das complementaridades recíprocas que se desenrolam em torno de um núcleo gravitacional de âmbito regional (Hermansen, 1977:41).

Entretanto, a contribuição mais acabada e original sobre essa temática, e que provocou um verdadeiro fascínio no Terceiro Mundo, foi a teoria dos pólos de crescimento, conforme elaboração original de François Perroux, em meados dos anos 50. O autor afirmava que o cresci-

mento de suprimentos necessários à industrialização, fazendo surgir, numa alusão a Castro (1985), "as zonas de complementação energético-siderúrgicas" (carvão de Santa Catarina, aço mineiro e petróleo do Recôncavo Baiano) (Cano, 1985). A presença do Estado foi, portanto, essencial à formação gradativa do mercado interno e à integração dos espaços econômicos, notoriamente dispersos até o início deste século.

- (8) O termo *core*, muito utilizado em estudos geográficos, é um anglicismo e significa "centro, núcleo, âmago, parte central". Presta-se, aqui, à designação do núcleo de áreas metropolitanas, ou município-núcleo, em oposição à parte externa denominada *periferia*.
- (9) Uma formulação mais geográfica, inspirada nas anteriores e em Christaller, é dada por Pottier (1963), quando sustenta que o desenvolvimento econômico tende normalmente a propagar-se ao longo das principais rotas de transporte que conectam os centros industriais mais importantes. Vários fatores, ao operarem juntos no processo de causação circular cumulativa, explicariam a tendência do desenvolvimento concentrar-se ao longo dos canais originais de transporte nas etapas iniciais do crescimento industrial. Pode-se considerar que, com o aumento do tráfego, surgem economias de escala que vêm reduzir os custos de transporte, estimulando assim o comércio inter-regional, que por sua vez incentiva melhorias no sistema de transporte. Daí, como parte do processo acumulativo, o aprimoramento das rotas originais. As indústrias, o comércio e a população são atraídos, criando-se mercados de fatores e de produtos facilmente acessíveis, que tenderiam a atrair mais atividades. A agricultura situada próxima desses eixos de transportes beneficiar-se-ia pelo acesso aos mercados facilitado.

mento não se daria de forma homogênea, mas sim heterogênea e desequilibradamente. Os núcleos de expansão organizariam a distribuição espacial da população num sistema hierárquico de nódulos e ligações funcionais. A interação entre cada pólo e sua periferia é um importante elemento na construção de Perroux, mas o elemento mais dinâmico e indutor dos efeitos de polarização seria dado pela "indústria motriz" – empresas tecnicamente avançadas, inovadoras e dominantes, que operam em grande escala e são capazes de difundir o crescimento sobre um vasto número de indústrias ou atividades "movidas" (Perroux, 1967).

Richardson (1973:63) observa que a formulação de Perroux envolvia, conseqüentemente, a hipótese de que o crescimento seria maximizado nos pólos, difundindo-se posteriormente, de forma tênue, por toda a região. A interação entre cada pólo e sua periferia seria um importante elemento da teoria. O espaço passava a ser visto, então, como um campo de forças, forças centrípetas e forças centrífugas que atuavam no sentido da concentração e desconcentração das atividades.

Na verdade, a teoria dos pólos disseminou a crença de que qualquer grande investimento, ou expansão da atividade central, levaria a uma concentração dos multiplicadores do emprego e a efeitos dispersos dentro do pólo e de sua área de influência. A linearidade desse tipo de raciocínio, e os próprios fracassos de aplicação da teoria dos pólos em vários países, se encarregaram de evidenciar as inconsistências no trato de inúmeros problemas complexos que permeiam a questão da transmissão do crescimento econômico. Impunha-se a necessidade

de considerar a dinâmica interativa mais fina que existe entre os agentes econômicos e setores de atividade, as características regionais capazes de potencializar o desenvolvimento, assim como os mecanismos de valorização diferencial da terra etc. (Lemos, 1988).

A reflexão crítica e os estudos de Pred (1979) sobre os efeitos multiplicadores em economias avançadas mostram que a grande indústria propulsora geralmente integra-se a uma empresa multilocal com vários vínculos extra-regionais, na qual a difusão de inovações é orientada pelos escritórios centrais, nem sempre sediados no pólo. Assim, os vínculos de transmissão de crescimento originários de cidades muito menos populosas e economicamente diferenciadas são também fundamentais (10).

A questão da desconcentração espacial

Há indícios de que a desconcentração espacial seja uma nova etapa do processo de expansão econômica no território. Embora não sejam muitos os trabalhos tratando deste tema, a maioria deles salienta a importância da desconcentração que países desenvolvidos e não desenvolvidos estariam experimentando, embora permaneçam controvérsias associadas a questões teóricas e empíricas.

Katzman (1986:196), por exemplo, afirma que, durante os anos 70, ocorreu "pela primeira vez, em todo o mundo, o fenômeno da reversão da polarização. No contexto das economias avançadas, o fenômeno se refere à desaceleração ou até mesmo à estagnação do crescimento

(10) A suposição, oriunda da teoria de Christaller e Berry, de que o crescimento se difunde em base interurbana, como resultado da filtração de inovações no sentido centro-periferia ao longo da hierarquia urbana, nega a possibilidade do sentido inverso, ou de um circuito entre centros de tamanhos similares. Pred (1979) entende que tal formulação baseia-se em evidências empíricas muito fracas.

das grandes áreas metropolitanas e à aceleração do crescimento de pequenas cidades e zonas rurais."

Na verdade, mudanças profundas na distribuição da população em países desenvolvidos vêm ocorrendo desde os anos 60. Goldstein (1976:423-434) aponta para uma drástica reversão nos padrões de redistribuição espacial da população nos EUA, Japão e países europeus. Durante várias décadas as migrações internas exibiram trajetórias típicas: das áreas rurais para as cidades e, subsequentemente, para os subúrbios destas cidades. Recentemente, assiste-se ao crescimento das cidades menores (e áreas rurais) a taxas superiores às das grandes cidades. A característica comum dos deslocamentos em direção às metrópoles nos anos 60 alterou-se visivelmente a partir de então, evidenciando-se a fuga das cidades centrais, resultando num fato sem precedentes, que foi a redução de suas populações na década de 70. Entre 1970-74, oito dentre as 15 maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos tiveram reduções nos seus efetivos populacionais, invertendo a situação anterior, na qual áreas não-metropolitanas vinham perdendo crescentemente população (algo em torno de 300 mil pessoas ao ano, em média, na década de 60).

Alguns estudos de casos indicaram que algumas precondições são necessárias para a reversão da polarização (RP): pleno emprego (na cidade e no campo); existência de deseconomias de aglomeração na indústria do *core*; consolidação da articulação inter-regional de modo a facilitar a difusão do desenvolvimento e dos efeitos de dispersão; o desenvolvimento de uma complexa estrutura organi-

zacional nos negócios, que permita a proliferação de ramos industriais e a fácil comunicação de firmas entre o *core* e a periferia (11).

Tais condições são, evidentemente, difíceis de se encontrar em países não desenvolvidos. Certamente, mesmo em países desenvolvidos, a condição de pleno emprego é restritiva, não se configurando como tendência na atualidade. Alguns estudos têm mostrado que uma das razões mais importantes que movem os indivíduos e firmas para fora das áreas metropolitanas é exatamente a redução de oportunidades econômicas (com queda da demanda de emprego) nestas áreas. Note-se que tais aspectos estão presentes em grandes cidades de países desenvolvidos e não desenvolvidos, embora os fundamentos explicativos num caso e noutro devam discrepar. Afinal, são bem conhecidas as dificuldades de geração de emprego nos centros urbanos de países sujeitos a forte subemprego, com a presença de inúmeros migrantes de baixa qualificação, e onde os setores industriais não oferecem empregos suficientes.

Richardson (1980:74), examinando trabalhos existentes sobre o tema da desconcentração espacial em países em desenvolvimento, lembra os estudos para a Coreia de Renaud e Hwang, nos quais se constatou o declínio da participação de Seul no Produto Nacional Bruto e a diversificação dos fluxos migratórios em direção ao sul do país. Hwang, usando outras variáveis, constatou a redução das vantagens locais em Seul, por causa dos altos preços da terra e do declínio das vantagens locais para a indústria, ao lado da expansão industrial no sul do país. Além disso, sublinhou os esforços do governo mediante políticas indutoras de desconcentração, observando a que-

(11) Azzoni (1986), discutindo estas precondições, nota que a primeira delas é condicionada pelo nível das taxas de natalidade da população e pela velocidade de penetração do capitalismo no campo. Sobre as deseconomias de aglomeração, entende não haver correspondência imediata entre elas e a descentralização econômica em nível nacional (o que soa um tanto estranho se o autor não considera a descentralização em nível subnacional).

da nas taxas de crescimento da população de Seul e uma convergência de renda ao nível inter-regional.

Convém notar que o fenômeno da desconcentração é algo muito recente, passível de reinterpretações e leituras divergentes. A maioria dos trabalhos, por exemplo, raramente faz referências ao tamanho dos países. Embora este não seja um aspecto determinante, é evidente que os impactos da penetração capitalista no campo em um país pequeno podem se esgotar mais rapidamente do que num país extenso. Da mesma forma, a descentralização industrial pode soar pouco oportuna num país maior com regiões separadas por grandes distâncias e obstáculos físico-geográficos que dificultem a integração econômico-espacial.

Redwood (1984:35-36), entretanto, observa que a descentralização urbana ou reversão da polarização (RP) pode ocorrer também quando a população urbana nacional está inicialmente concentrada em um ou dois grandes centros e em países com territórios extensos abrangendo um bom número de cidades secundárias.

Para este autor, a associação entre a RP e a presença de crescentes deseconomias de escala nas grandes cidades é imediata, o que torna atraentes, para os investimentos produtivos e trabalhadores migrantes, outras localizações alternativas à metrópole-core. Redwood entende que, no Brasil, a RP estaria ligada ao processo paralelo de descentralização industrial de São Paulo e Rio de Janeiro, *vis-à-vis* o aumento da importância das metrópoles regionais e de outras cidades secundárias como localizações econômicas alternativas.

De fato, acumulam-se evidências que indicariam a ocorrência de uma relativa desconcentração econômica em São Paulo. Martine e Diniz (1989) mostram que, entre 1981 e 1988, a produção paulista na indústria de transformação não só evoluiu a taxas menores que a média nacional, como ficou aquém de Minas

Gerais e do sul do país. Examinando a evolução da participação setorial no Produto Interno Bruto por regiões e São Paulo, os autores notam ter declinado a participação do estado na agricultura e indústria entre 1970 e 1980 (embora tenha se ampliado nos serviços). Enquanto isto, as regiões periféricas aumentavam, em termos globais, sua participação relativa no setor industrial.

Dados de Amarante e Bondioli (1987) sobre a apropriação da renda regional, cruzados com dados de população projetada, permitiriam-lhes concluir que, ao nível das mesorregiões, o Sudeste apresentou redução de participação entre 1975 e 1985 (mais como resultado da estagnação carioca) e que a participação positiva do Sul se associa a seu menor crescimento demográfico; além disso, teria havido no período significativa redução das diferenças regionais. Os autores entendem que a diminuição da participação do Estado de São Paulo na apropriação da renda nacional explica-se pelo crescimento econômico das demais regiões e pela transferência de recursos deste estado para outros.

Townroe e Keen (1984:45), analisando o caso brasileiro, entendem que a RP pode ser antecipada em economias dotadas de um sistema urbano desenvolvido. Sugerem observar a dualidade dos fatores que encorajam mudanças junto ao processo de concentração urbana, ressaltando a intensidade (maior ou menor) com que certas forças sociais e econômicas agem promovendo a concentração, uma vez que, num dado momento, podem passar a operar mudando de sentido na direção da desconcentração (associadas a novas forças que passam a operar no sistema).

Os autores consideram que a transição demográfica, os graus de desigualdade social e econômica, os padrões de desenvolvimento rural e as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações favorecem ou não a concentração das populações urbanas.

Dentro da metrópole pode ocorrer o incremento da congestão, ao lado do aumento da poluição, criminalidade, e das deficiências de infra-estrutura. Com o aumento dos preços dos terrenos, a produção descentralizada pode ser encorajada, especialmente nas atividades industriais intensivas em solo urbano.

Redwood (1984:47) afirma que, durante os anos 70, teria havido uma RP tanto no interior de São Paulo como no sistema urbano nacional. Nesse período, os dados mostram uma grande mudança nos padrões de distribuição populacional, indicando o início de uma tendência de descentralização urbana no Estado de São Paulo. Além disso, há fortes evidências de que os processos de suburbanização, descentralização urbana e de RP atingem todo o sistema urbano brasileiro (o crescimento populacional das periferias quase sempre excedendo ao das cidades centrais).

Neste sentido, discordando das teses que previam a megametropolização brasileira, Katzman (1986:221) entende que, nas últimas décadas (até 1980), o Brasil, assim como os EUA, já teria completado sua transição urbana (com 52% de sua população residindo em cidades de mais de 20 mil habitantes). O autor então sugere que a "maior parte do crescimento urbano tende a ocorrer em cidades de tamanho médio e naquelas pequenas cidades localizadas não muito longe de uma metrópole avançada".

Questões de definição e aspectos controversos

É inegável que a deterioração das condições econômicas e ambientais nas grandes cidades pode comprometer a re-

lação custo-benefício das empresas e dos indivíduos. Os crescentes aumentos do preço da moradia, o sobretempo na jornada de trabalho imposto pelo transporte coletivo e a insegurança derivada do aumento da criminalidade e do aguçamento de problemas sociais no *core* podem estimular a transferência de setores da população para determinadas cidades secundárias, mesmo que haja uma relativa compressão salarial em termos nominais. Da mesma forma, algumas firmas são atraídas para a periferia ao terem de conviver com aumentos de custos relacionados às deseconomias de aglomeração, pressões salariais existentes no *core*, forte concorrência em seu ramo de atividade, ou por possuírem características que justifiquem sua instalação em cidades secundárias dotadas de boa infra-estrutura, serviços e comunicações de tipo moderno.

Embora alguns traços sobre a questão da definição e significado da desconcentração econômico-espacial pareçam estar suficientemente claros, alguns pontos ainda permanecem sujeitos a controvérsia. Há autores que discordam, por exemplo, da aceção mais demográfico-espacial com que a reversão da polarização se apresenta nas evidências empíricas e das formas de mensuração do fenômeno baseadas em variáveis de população.

Um trabalho bastante mencionado sobre aspectos conceituais desta questão é o de Richardson (1980:67), que define a RP como uma mudança decisiva nas tendências de polarização espacial na economia nacional, em favor de uma dispersão espacial fora da região-*core*, direcionada a outras regiões do sistema (12).

(12) A reversão da polarização transcორreria, sinteticamente, em três etapas. Inicialmente, a periferia imediata do *core* passaria a crescer a taxas superiores às do centro. Com o desenvolvimento, uma transformação espacial

Parece claro que o desenvolvimento espacial envolve diferentes fases e formas que conduzem à aglomeração e à dispersão (mesmo que nos termos de uma dispersão concentrada). A desconcentração espacial, que inicialmente apresenta um declínio da polarização na área *core*, só ganhará consistência se a descentralização intra-regional for acompanhada pela dispersão inter-regional.

Em países do Terceiro Mundo tem-se recomendado cuidado no exame da RP. Se, afinal, é um processo que vem acontecendo espontaneamente, ou é decorrente de investimentos estratégicos dos governos em infra-estrutura e serviços, através de programas de fomento de cidades intermediárias e de apoio a localizações industriais fora do *core* (ver, a propósito, Hardoy e Satterthwaite, 1986:358-387). Na verdade, vários dos fatores que explicam a concentração compõem de sinal trocado na discussão da desconcentração. As economias de aglomeração atingem um ponto de saturamento e tornam-se deseconomias. O processo de acumulação, ao impor a integração do mercado interno, difunde inovações, dá vazão à expansão da produção em espaços pouco competitivos, instaurando novas divisões e especializações funcionais. Este processo conta, geralmente, com políticas e ações de apoio à desconcentração (implícitas e ex-

plícitas) do governo, o que permite, inclusive, a exploração de recursos naturais antes inacessíveis.

Convém observar que muito já se discutiu em relação ao tamanho exagerado de várias metrópoles de países subdesenvolvidos, sempre se enfatizando os vários aspectos relacionados a qualidade de vida, equidade, violência etc. O relativo declínio do crescimento de algumas destas grandes cidades parece sinalizar para um limiar máximo de tamanho urbano *vis-à-vis* a rentabilidade econômica dos investimentos, da mesma forma que nos países desenvolvidos. O setor privado já estaria considerando, em suas decisões de investir, que os grandes aglomerados urbanos não seriam os locais mais rentáveis para suas operações. Explorando esse caminho, Townroe e Keen (1984), utilizando dados de população, acabam por afirmar ter havido em São Paulo, na década de 70, o processo de reversão da polarização (13).

Na mesma direção, Redwood (1984), analisando a rede de cidades do Brasil a partir do exame de tendências demográficas, de localização industrial e do papel das cidades secundárias nos anos 70, conclui ter havido desconcentração das principais áreas metropolitanas brasileiras, favorecendo áreas imediatamente próximas e, principalmente, as cidades médias (os números mostra-

começa a ocorrer dentro da região-*core*. A população e a aglomeração de atividades econômicas na cidade criam ineficiências. Custos de congestão e aumento do valor da terra induziriam algumas atividades econômicas a descentralizarem-se nos satélites dentro da região-*core*. Estes centros podem interceptar novos migrantes que são atraídos por oportunidades de serviços a taxas de expansão mais rápidas do que na cidade primaz. Num segundo momento, a desconcentração atingiria alguns centros de maior expressão, a partir do surgimento de condições que tornam mais eficiente a dispersão em outras regiões do sistema. Este processo pode ser acelerado em face das deseconomias de aglomeração. Num estágio final, a descentralização intra-regional observada antes na região *core* é repetida nas outras regiões de desenvolvimento do sistema. Como resultado, emerge uma hierarquia urbano-regional estável em cada região afetada. As forças de descentralização em termos absolutos podem, enfim, tornar-se tão fortes que as maiores cidades começam a perder população em termos absolutos (como já ocorre no Nordeste e Meio-Oeste dos EUA e em parte da Europa) (Richardson, 1980:68).

- (13) Os autores, de forma menos ampla que na conceituação de Richardson, sistematizaram algumas medidas que chamaram de índices de reversão de polarização, envolvendo as proporções de populações urbanas das metrópoles em períodos distintos, diferenciais entre taxas de crescimento anual destas áreas e do restante do estado etc.

vam que as áreas metropolitanas vinham perdendo posição relativa, enquanto o grande crescimento dava-se na faixa das cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes).

Azzoni (1986), no entanto, problematiza estes dados, perguntando se há uma tendência de desconcentração generalizada da economia nacional, em seu aspecto espacial, ou se trata-se apenas de um processo de acomodação das empresas a variações de custos locais devidas a um crescimento urbano-industrial muito rápido, com amplitude espacial limitada (14).

Haddad (1989), discutindo também a mesma questão, assinala alguns pontos que põem em dúvida a tese da reversão da concentração. Dentre seus argumentos, vale destacar: (a) dado o nível complexo e diversificado a que chegou a economia do pólo, resistências inerciais opor-se-iam a alterações do padrão locacional em face das imobilizações de capital fixo acumulado no tempo e espaço; (b) há incerteza sobre se a periferia apresentaria condições suficientes para a sustentação de um crescimento acelerado; é provável que a expansão se dê pela fronteira interna (e não pela externa), em função da necessidade de minimização de custos; (c) as externalidades no interior do "campo aglomerativo" são altamente atraentes; sob uma retomada do cresci-

mento econômico, os requerimentos associados a um novo ciclo tecnológico jamais poderiam dispensar o ambiente central.

A controvérsia prossegue. Martine e Diniz (1989) também se perguntam se de fato houve uma perda da ascendência de São Paulo, ou apenas ocorreu uma extensão natural da área de influência do pólo. Além disso, não se sabe se a desconcentração persistiria no tempo ou se foi apenas uma manifestação típica dos anos 70 (até como resposta aos investimentos estatais da época).

Azzoni (1986) critica tomar-se o tamanho da cidade como indicador de economias aglomerativas, aludindo ao conceito isardiano de economias de regionalização: "a região como um campo aglomerativo exercendo poder de atração sobre novos investimentos industriais". Como resultado, surgem cidades situadas dentro do campo aglomerativo que apresentam crescimento superior ao da própria cidade central, usufruindo de um nível satisfatório de vantagens aglomerativas, sem a necessidade de cobrir os custos locais aos quais se sujeita a cidade grande, dado que num grande conglomerado urbano homogeneiza-se a oferta de serviços, transportes, comunicações etc. (15).

Desta forma, é válido inferir que as necessidades dinâmicas do pólo impõem a

(14) Em sua análise do setor industrial (em que avalia a evolução da rentabilidade dos empreendimentos e a ocorrência de deseconomias de aglomeração), o autor considera a RP a forma moderna de se denominar a suposta tendência convergente (na renda) do sistema capitalista.

(15) Azzoni (1986) conclui que os movimentos industriais internos ao Estado de São Paulo se associariam "às variações nos custos e nas vantagens locais em cada área"; as empresas pesquisadas mostraram-se bastante solidárias a decisões emanadas das administrações centrais situadas no *core*. As evidências indicariam que, "longe de constituir-se num sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país, em um processo do tipo desconcentração concentrada". Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, tornada possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo; as inúmeras vantagens da localização central (transporte de pessoas, bens e idéias, atmosfera industrial estimuladora etc.) afetam as empresas em geral e, particularmente, as pequenas empresas. De outro lado, com o avanço tecnológico, vários ramos industriais que possuem a administração e a produção separados fisicamente e têm acesso fácil aos mercados e serviços livram-se das restrições espaciais (sobretudo as grandes empresas) relativas à proximidade do *core*, já que a mesma força de atração estendeu-se por áreas maiores.

ocupação de espaços contíguos, em áreas de outros estados (caso do sul de Minas), e alterações na divisão inter-regional do trabalho, com o surgimento de espaços de complementação (na indústria e agricultura) e a crescente sofisticação tecnológica na *core*, abrigo unidades administrativas e de serviços estratégicas (o recente incremento do setor serviços em São Paulo pode ser uma evidência) e provável especialização funcional baseada em uso de alta tecnologia.

Embora o estudo de Azzoni seja extremamente bem cuidado, parte de suas conclusões são suscetíveis de questionamento. A começar por sua negação da ocorrência de reversão de polarização no caso paulista. Para rejeitar as evidências de outros estudiosos, o autor valeu-se do estudo de Richardson (1980), que dá algum suporte à existência do fenômeno no Brasil. O próprio Azzoni utiliza, em sua discordância, o conceito de desconcentração concentrada, que representa, para Richardson, uma das fases do processo de RP (16).

Além disso, cabe pôr em dúvida o alcance das proposições de Azzoni, uma vez que a polarização, como conceito, presta-se a diversos usos não menos corretos que o da formulação original de Richardson. Assim, tanto é válido afirmar que São Paulo polariza praticamente todo o território nacional, quanto afirmar que Carajás, por sua função bastante particular, é um área polarizada por Tóquio (17).

Discernir os níveis ou escalas nos quais operam as tendências de polariza-

ção ou reversão da polarização faz-se necessário. Em termos mundiais, existem países que desempenham função polarizadora, subordinando aos seus interesses grande parte do planeta. Em nível nacional, o núcleo ou a zona que reúne as vantagens aglomerativas iniciais e as combinações de condições econômicas necessárias ao desenvolvimento vai exercer a função polarizadora, estando geralmente mais aberto às influências internacionais. Em nível subnacional, da mesma forma, pode-se repetir o mesmo exercício, o que nos leva a concordar com Milton Santos quando afirma existir "uma variedade e uma gradação de sistemas dominantes, de sistemas dominados e de espaços representativos desses sistemas" (Santos, 1985:32-33).

Migrações Internas e organização do espaço

Com as primeiras décadas deste século, a partir das alterações estruturais no interior da economia e do surgimento das condições básicas para a expansão modernizadora do Sudeste, iniciou-se uma mobilidade física da população brasileira em níveis sem precedentes.

A importância das migrações internas para o desenvolvimento do país é algo indiscutível, e o fenômeno está intimamente associado às transformações deflagradas pela evolução do sistema econômico em suas várias manifestações setoriais e espaciais. Trata-se de

(16) Cabe observar que Diniz (1993:53) critica as concepções metodológicas de Azzoni por este ter tomado o Estado de São Paulo, e não sua área metropolitana, para comparar com o Brasil, e por não ter observado dados empíricos que comprovassem que o espriamento industrial extrapolava em muito o raio de seu campo aglomerativo (aproximadamente 150 Km), alcançando uma ampla região que se estende por mais de 1.700 Km, indo do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul.

(17) Uma vez que o comportamento dos subespaços do Terceiro Mundo geralmente está determinado pelas necessidades das nações que estão no centro do sistema mundial. O que, todavia, não impede estarem dotados de relativa autonomia, resultante da própria consolidação das forças locais (Santos, 1985:21-22).

um componente decisivo do processo de formação do mercado de trabalho, por meio do qual a expansão capitalista explicita as adaptações e/ou rupturas com as estruturas sociais anteriores, reordenando os espaços econômicos e produzindo concentração e desigualdades regionais.

Vários autores expressam a migração, em termos teóricos, como mobilidade da força de trabalho, estreitamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho no país. O crescimento desigual no interior do capitalismo faz com que a população se distribua seguindo a mesma lógica de intensificação dos espaços econômicos, formando os reservatórios de mão-de-obra barata e abundante nas grandes cidades (IBGE, 1988:291). Conforme Osório (1980:1.145):

"A acumulação de capital molda a mobilidade do trabalho, não apenas a de caráter espacial (migracional) como também a de caráter vertical (social). Na medida em que se expande e cria novas unidades de produção, o capital atua sobre o mercado de trabalho como demandante de mão-de-obra. Porém, na medida em que destrói atividades econômicas preexistentes, o capital cria, ou ao menos expande, a oferta de trabalho para atividades várias de outros espaços. Gera, por conseguinte, um excedente continuado de força de trabalho que tende a migrar."

Nesta linha de idéias, a expansão econômica, ao engendrar a integração do mercado nacional, desarticula a estrutura produtiva anterior das áreas periféricas. A integração do mercado de trabalho vincular-se-ia ao processo migratório, estando condicionada pelo processo mais geral de acumulação. Este processo subordina-se às diversas formas de organização produtiva, a partir da alteração das relações de trabalho e da quebra dos vínculos que uniam a terra e o trabalhador, tornando-o disponível às necessida-

des da expansão capitalista (Osório, 1980).

Apesar do seu mérito, boa parte das teses que tentaram compreender o caráter mais global do processo migratório não se sustenta em pesquisas localizadas que pudessem concluir sobre as causas e determinantes da migração numa perspectiva dinâmica, isto é, que não só considerassem os efeitos de inércia que acompanham o processo migratório, mas que pudessem mostrar o possível surgimento de novos padrões migratórios. Ademais, tais formulações ignoram as vantagens comparativas e as externalidades que vão transformando os espaços ocupados e dão pouca ou nenhuma atenção à migração de origem urbana, aspecto este que pode afetar parte das concepções teóricas de conteúdo mais clássico.

De toda forma, é indiscutível a importância da migração, em termos econômicos, como um fator chave na formação dos mercados de trabalho e de consumo, colaborando diretamente para o processo de concentração espacial. Principal componente explicativo do crescimento acelerado de muitos centros urbanos, as migrações internas respondem, em larga medida, pela expansão do mercado de trabalho, sedimentando e realimentando as vantagens aglomerativas. Ao evoluírem cumulativamente ao longo do tempo (*lifetime migration*), os chamados efeitos diretos e indiretos da migração definem parte das características e do tamanho do mercado de consumo urbano, o que por si só representa poderoso vetor de atração de uma série de atividades localizadas no Setor Terciário (e alguns ramos do Setor Secundário).

Como os níveis de fecundidade são relativamente mais baixos nas áreas urbanas, em comparação com o campo, fica evidente que as correntes migratórias originárias do campo constituíram um dos fundamentos da concentração espacial nos grandes centros urbanos. Note-se que o declínio das taxas de fe-

cundidade e mortalidade não implica mudança no volume e composição da migração de imediato, em decorrência dos efeitos inerciais da estrutura etária, que exigem algum tempo até internalizarem as alterações da dinâmica demográfica.

Custos de deslocamento e seletividade

Os fluxos migratórios geralmente comportam-se como os fluxos de qualquer mercadoria, mesmo que se trate de uma mercadoria com características especiais (força de trabalho humana). Os atritos espaciais relativos aos custos da distância e à qualidade e atributos da mercadoria, que influem ao longo de todos os circuitos da economia (produção, consumo e circulação), também afetam sensivelmente a migração.

Os migrantes com frequência fazem deslocamentos sucessivos, a distâncias tendencialmente maiores com o tempo. Distâncias que implicam não só custos de transporte, mas também custos psicológicos (ausências afetivas etc.) bastante variáveis com a idade e com a origem do migrante. Daí a importância das redes sociais envolvendo os parentes e amigos (nos lugares de destino) que se adaptaram à separação física e cultural das áreas de origem. A migração por etapas surge como uma forma de minimizar tais custos.

Ademais, verificou-se empiricamente que o efeito distância poderia ser um efeito da informação, boa parte dela repassada por amigos e parentes domiciliados nos lugares de destino. Este fato por si só já constitui um determinante importante na distribuição dos migrantes, arrefecendo inclusive os efeitos da distância física (Greenwood, 1980:484). To-

davia, nem todos os migrantes em potencial detêm as condições psicológicas e as qualidades necessárias para enfrentar os constrangimentos associados à separação de seu lugar de origem. É por razões dessa ordem que existe seletividade na migração, isto é, geralmente migram primeiro os mais aptos para o trabalho, a força de trabalho jovem e solteira.

Tendo em vista estes aspectos, percebe-se que a migração acaba por representar, ao longo do tempo, um ganho para as atividades econômicas sediadas nos lugares de destino, e não o contrário, como chamavam a atenção Martine e Peliano (1976) (18).

Quando se introduz a dimensão espacial na análise da organização do território derivada de subespaços diferenciados economicamente, é mister aludir às teses que postulavam ser a migração um fator positivo para o conjunto da economia, porquanto era um meio de equilibrar salários desiguais regionalmente (algo próximo à teoria da convergência da renda no sistema capitalista). A evidência empírica revelou as fragilidades desse tipo de argumento, em face da não homogeneidade da força de trabalho, dos aspectos de seletividade etc.

Greenwood (1980) mostra que a migração não teria capacidade de realocar eficientemente a mão-de-obra no espaço geográfico porque as taxas migratórias tendem a ser maiores entre pessoas mais escolarizadas. Myrdal, Richardson e outros também já afirmavam que a migração pode fazer aumentar a renda das áreas receptoras, ocorrendo o oposto nas áreas emissoras. No argumento de Myrdal (1958), a migração seletiva de trabalhadores jovens, mais bem-educados e mais produtivos para regiões de maior demanda de emprego deprime as áreas

(18) No Brasil, a utilização de contingentes de mão-de-obra não-qualificada, originária de zonas mais atrasadas, ainda se dá mesmo em setores modernos da economia.

emissoras, o que induz ao crescimento mais rápido da primeira área, fazendo aumentar as disparidades nos diferenciais de salários e crescimento inter-regional.

A propósito dos fatores de atração e repulsão existentes no espaço nacional, é importante considerar que a decisão de migrar certamente envolve uma série de condicionantes, econômicos e não econômicos, que atingem diretamente os indivíduos, famílias e grupos populacionais. Algo próximo de um balanço entre custos e benefícios permeia tais decisões. As evidências demonstram quais são os indivíduos mais propensos à migração, embora as causas variem conforme os contextos econômico-culturais em exame.

Recorde-se, no entanto, que as decisões individuais resultam geralmente de trocas de informação que são veiculadas no interior da sociedade. É daí que provêm as diversas redes de interdependências diretas e indiretas entre homens e atividades. Questões dessa natureza têm justificado a elaboração de modelos nos quais as "interações entre os indivíduos em suas atividades são proporcionais às massas ou populações das cidades, porque quanto maiores os aglomerados, provavelmente maior a comutação" - só parcialmente reduzida pelo sacrifício dos deslocamentos que a distância impõe às pessoas (Richardson, 1973:63).

Breves notas acerca dos fatores de expulsão e de atração

Os primeiros trabalhos demográficos que tentaram associar o volume das migrações com o poder de atração das cidades devem ser debitados a Ravenstein. Ao enunciar suas "leis da migração", o autor deixou evidente os vínculos existentes entre o movimento da população e as distâncias interlugares, bem como a

importância das cidades como focos de atração das massas de migrantes.

Posteriormente, as teorias de centralidade e de desenvolvimento regional polarizado vieram acentuar a importância dos chamados fatores de atração. Tais fatores se inserem no processo de formação das grandes concentrações urbanas e se associam aos requerimentos de mão-de-obra derivados da expansão econômica concentrada. Entretanto, tais teorias são originárias da experiência de países desenvolvidos, onde os níveis de expulsão e as características das áreas deprimidas são muito distintos daqueles dos países não desenvolvidos.

Sob uma economia moderna, concentrada espacialmente, os fatores de atração certamente jogam um papel muito mais importante sobre as migrações do que em contextos econômicos de tipo primário exportador, nos quais os fluxos migratórios podem ser de pequena expressão e determinados pelos fatores de expulsão.

Diante das disparidades econômica e regional em países não desenvolvidos e do processo de empobrecimento que algumas populações vêm experimentando neste século, agravado por fenômenos climáticos adversos, não há dúvidas de que os fatores de expulsão tiveram bem mais peso que os fatores de atração, sobretudo nos momentos em que a conjunção daquelas causas incide sobre as áreas emissoras. No Brasil, em visível contraste com a situação de países desenvolvidos, o exame da migração interna exige sempre a observação do sentido dos fluxos migratórios dominantes e de sua associação com os fatores de expulsão ligados às zonas de origem, onde a estagnação geralmente predomina sobre a inovação, como salientava Paul Singer.

Ao analisar a migração rural-urbana, Singer (1976) observava que os fatores de atração associavam-se aos requerimentos de mão-de-obra decorrentes da expansão das atividades urbanas, enquanto os fatores de expulsão podiam ser

de dois tipos: decorrentes da penetração do capitalismo no campo, que provocaria desemprego, pela expropriação de pequenos produtores e aumento da produtividade (fatores de mudança); ou derivadas da estagnação, geralmente associados à pressão demográfica sobre áreas de economia de subsistência cercadas por latifúndios.

Nos casos do predomínio do elemento de mudança, a cidade estaria equipando o campo, através dos efeitos multiplicadores associados às economias de aglomeração que chegariam às áreas rurais. Analogamente, a incorporação de novos recursos naturais à produção industrial influiria diretamente nas estruturas produtivas do meio rural, como sugere Singer ao descrever a expulsão associada ao efeito de mudanças causadoras de desemprego tecnológico.

Desta forma, pelo menos duas características sintetizavam importantes diferenças entre os contextos subdesenvolvidos e os desenvolvidos, e constituem o fundamento explicativo das teses que tomam os fatores de expulsão como razão primordial dos fluxos migratórios de tipo campo-cidade. A saber, a pressão demográfica nas zonas rurais, decorrente da rápida redução dos níveis de mortalidade, enquanto mantinham-se altas as taxas de fecundidade (sobretudo entre 1950 e 1970), ao lado da existência de muitas pequenas áreas de economia de subsistência (geralmente minifúndios) cercadas por grandes latifúndios e impedidas de se expandirem fisicamente.

Na atualidade, os fluxos de tipo campo-cidade perderam a primazia diante dos de tipo urbano-urbano, embora sejam raras as pesquisas mais meticulosas envolvendo amostras significativas destes novos contingentes. Sabe-se que o mecanismo da migração repetida é muito usual nestas populações, o que explicaria o surgimento de categorias de migrantes sem destino fixo e/ou dos tipos de migração circular. Nestes casos, os fatores de expulsão que explicariam a gêne-

se do processo migratório podem não explicar a continuidade do comportamento errático do migrante, particularmente quando envolver casos de indivíduos residentes em centros urbanos. A análise da migração por categorias ocupacionais pode esclarecer melhor tais situações, evidenciando quais tipos são mais propensos a se deslocarem em busca de novas oportunidades abertas pela expansão capitalista no espaço, e quais poderiam ser enquadrados numa nova modalidade de expulsão, não mais derivada do meio rural, mas relacionada ao meio urbano.

As migrações Internas e a desconcentração espacial

A desconcentração espacial poderia se dar nos termos da definição de Richardson (1980). A primeira etapa envolveria a periferia imediata do *core*, com a população e as atividades econômicas descentralizando-se nos satélites dentro da região *core* (o equivalente às áreas de uma grande região metropolitana). Num segundo momento, também chamado de fase de descentralização concentrada, a dispersão atingiria alguns centros de maior expressão. O processo se completaria com a repetição da descentralização intra-regional em outras regiões do sistema urbano, resultando numa hierarquia urbano-regional estável.

Em todas as etapas, a dispersão espacial é registrada pela dinâmica das atividades econômicas e pela redistribuição da população. Um dos elementos mais centrais das mudanças é, inegavelmente, a radical alteração dos fluxos migratórios, contrariando tendências históricas de concentração espacial, a favor de um padrão desconcentrador. Esse novo padrão responde às mudanças que se vão desdobrando no interior da economia, e está provavelmente associado às deseconomias de aglomeração que as atividades produtivas passam a experi-

mentar nas áreas centrais (a exemplo da atividade industrial) e à simultânea difusão de externalidades positivas na periferia.

Todavia, nem sempre os fluxos migratórios comportam-se de acordo com a lógica de expansão das atividades econômicas (19). Por isto mesmo, pode-se chegar a conclusões diferentes quando se estudam fenômenos de desconcentração espacial conforme as variáveis focalizadas, econômicas ou demográficas.

A desconcentração demográfica coincide com a desconcentração econômica em vários aspectos. É verdade que as deseconomias de aglomeração tanto atingem as atividades econômicas quanto a população, assim como esforços governamentais voltados à interiorização do desenvolvimento podem dispersar atividades e população. De qualquer forma, a reversão de tendências migratórias pode associar-se a duas hipóteses lógicas. De um lado, as áreas centrais receptoras poderiam estar favorecendo o deslocamento de parte de seus residentes para suas periferias, em consequência dos aumentos crescentes dos aluguéis e do custo de moradia (preço de terrenos, impostos crescentes etc.), da elevação do custo de vida urbano, inclusive pelo aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho, e da ampliação da violência, criminalidade e desemprego urbano. De outro lado, ao se focalizar as áreas emissoras, pode-se constatar ter havido diminuição da emigração e, mesmo, retorno de antigos emigrados, como conse-

quência da melhoria das condições de vida nesses lugares e da expansão dos meios de comunicação, que permitiriam obter mais rapidamente informações acerca das condições adversas à fixação nas áreas tradicionalmente receptoras de migrantes (20).

Mesmo que fatores econômicos prevaleçam na explicação da direção e intensidade dos fluxos migratórios, algumas qualificações são necessárias. Ao se discutir a desconcentração a partir de grandes áreas urbanas, deve-se atentar para três fundamentos causais: (a) as particularidades do processo de exclusão derivado da dinâmica do mercado da terra (responsável pelo alongamento das periferias urbanas); (b) as características da acumulação industrial em curso; (c) a dinâmica demográfica em transformação.

Quando se focaliza os grandes centros urbanos que se formaram no país nas últimas décadas, é primordial considerar a dinâmica excludente do mercado da terra urbana como elemento explicativo da desmesurada extensão das periferias urbanas. As particularidades que devem ser ressaltadas nesse caso referem-se à qualidade e ao tipo de investimento que foi feito para alojar *pessoas* e *instalações produtivas* no espaço. No primeiro caso, assistiu-se, de um lado, à proliferação de loteamentos populares e irregulares (sem infra-estrutura), de baixo custo para os empreendedores, recortados em inúmeros pequenos lotes relativamente acessíveis aos moradores; de outro lado, a população pobre impôs a favela como

(19) Certamente é mais comum, e também mais cômodo, concordar que a migração é determinada pelo movimento das atividades econômicas. Entretanto, sabe-se, desde Ravenstein, que há razões não econômicas que podem explicar alguns fluxos migratórios, como indica Richardson (1973:289): "procura de um clima melhor, a vontade de estar próximos a parentes e amigos ou simplesmente o desejo de mudanças. Essas complicações, entre outras, significam que a generalização uniforme do fenômeno e a sua previsão rigorosa não são possíveis."

(20) Em situações de crise econômica, muitos migrantes em potencial podem, ao acumular informações desanimadoras sobre as condições de vida no *core*, se contentar com a vida nas áreas rurais, produzindo poucos excedentes mas assegurando a subsistência (algo passível de estar ocorrendo nas inúmeras pequenas localidades do interior de Minas Gerais, estado que, por suas características geográficas, favorece esse tipo de economia).

solução. Em ambos os casos, uma população numerosa tende a ocupar periferias cada vez mais distantes, não como decorrência de genéricas deseconomias de aglomeração, mas em função dos interesses dos diversos agentes econômicos que movimentam o mercado da terra urbana e conformam o caráter excludente de acesso à moradia.

No que tange às *instalações produtivas*, o planejamento físico tem sido, geralmente, mais técnico e criterioso do que no caso dos loteamentos populares. As modernas plantas industriais vêm ocupando significativas frações de terra urbana, crescentemente na modalidade de "distritos industriais", e os favores e incentivos das diversas esferas de governos ainda são notáveis. Ademais, tendo em conta a oferta de estímulos à atração de indústrias e o desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações, o raio de possibilidades de instalação de novas unidades ampliou-se, indo muito além de uma periferia de um grande centro urbano onde estivesse sediada a matriz. O surgimento de espaços especializados nas hinterlândias das grandes cidades viria tornar-se uma evidência imposta pela expansão capitalista: de um lado, grandes áreas industrializadas com baixa taxa de ocupação residencial, espaços por excelência voltados à expansão industrial; de outro, subúrbios residenciais de tipo "dormitório", divorciados de instalações geradoras de emprego, onde predominam moradores de baixa renda, muitos deles imigrantes.

Uma segunda qualificação necessária diz respeito às novas tendências de concentração (ou reconcentração) *industrial* derivadas de investimentos recentes intensivos em capital. Diniz (1993:43-57) duvida que a tendência de reversão da polarização prossiga em sentido amplo até o fim do século, em grande parte devido à ênfase que o processo de desenvolvimento vem colocando nas indústrias de alta tecnologia, restritas a alguns espaços privilegiados do Sudeste. Além

disso, mudanças tecnológicas "intensificam o uso das terras mais próximas aos mercados do Sudeste, diminuindo a demanda por insumos minerais e reduzindo o movimento de incorporação de fronteira".

De fato, um processo dessa natureza pode se traduzir efetivamente em reconcentração econômica, mas não necessariamente em reconcentração populacional. São processos de expansão geralmente associados à acumulação pós-fordista, que diminuem sensivelmente os requerimentos de força de trabalho semi-qualificada e não-qualificada. É provável que nestas áreas aumente o volume de mão-de-obra qualificada, mas nada assegura que os estímulos que façam expandir o Terciário sejam suficientes para atrair imigrantes não-qualificados em proporção significativa, porquanto boa parte do Terciário passaria também a requerer maiores níveis de qualificação da mão-de-obra. De outra parte, os efeitos multiplicadores sobre a construção civil certamente ocorrerão, todavia podem ser temporários, localizados espacialmente e não ocupar imigrantes que venham a fixar residência de forma definitiva nestas áreas. Estas são, comumente, ambientes amplamente urbanizados, nos quais aumentaram as restrições à ocupação residencial de baixo custo para populações de migrantes pobres, e onde a utilização de trabalhadores temporários pode ser um meio muito comum de contratação de mão-de-obra menos qualificada (trabalhadores com experiências em atividades urbanas, sobretudo na construção civil, serviços etc.).

Finalmente, os prováveis efeitos associados à transição demográfica devem ser mencionados. Vimos que os fatores de expulsão, mormente quando associados à presença de crescentes excedentes populacionais a pressionarem os recursos disponíveis em regiões estagnadas, são decisivos na constituição dos fluxos migratórios. Entretanto, se essa condição se vê alterada, altera-se tam-

bém, em algum momento, o processo migratório. O ritmo acelerado em que o Brasil experimenta a queda sistemática e contínua dos níveis de fecundidade nas áreas urbanas e rurais já teria deixado seus efeitos nas áreas tipicamente emisoras. Diminuem as pressões sobre os recursos produtivos nas áreas rurais, com redução do volume de migrantes em potencial que buscariam os centros urbanos. Note-se que em 1980 a população rural brasileira conheceu uma inédita redução de seu tamanho em termos absolutos. Se à transição demográfica adicionam-se prováveis alterações na estrutura fundiária, conforme sugerem alguns dados recentes (21), completa-se o quadro de mudança nas áreas tipicamente emisoras de população (22).

Conclusões e considerações finais

A organização do espaço é o produto da conjunção de um série ampla de fatores. Alguns deles possuem um alcance explicativo mais estrutural, se vistos de uma perspectiva histórica. As relações derivadas do comércio exterior entre nações situadas diferentemente na divisão internacional do trabalho, a forma e intensidade de intervenção do Estado no processo de desenvolvimento econômico e a própria dinâmica interna de acumulação (crescentemente con-

centradora e sempre em busca da ampliação da rentabilidade e dos mercados) são exemplos de fatores causais no processo de formação dos espaços econômicos.

Alguns fatores, comumente chamados de fatores espaciais, operam mais na intimidade da organização espacial. A dotação de recursos naturais e as economias de aglomeração constituem dois dos elementos mais marcantes que acompanham o desenvolvimento econômico. Os recursos naturais, ainda importantes na atualidade, já o foram mais no passado, quando a base produtiva era pouco diversificada e de caráter primário-exportador. Com o progresso tecnológico e a diversificação das atividades produtivas, as economias de aglomeração tornaram-se essenciais à expansão industrial, afetando a localização de novas atividades econômicas, sediadas, geralmente, em núcleos urbanos dotados de alta capacidade de atrair investimentos.

Na busca de uma explicação para os fenômenos de atração e dominação que os pólos de expansão urbano-industrial exercem sob amplas áreas periféricas, surgiram várias interpretações teóricas voltadas para os mecanismos de transmissão do desenvolvimento econômico através do espaço econômico.

Mais recentemente, as discussões têm convergido sobre a reversão da pola-

(21) O Censo Agropecuário de 1985 trouxe um dado inusitado: o aumento do número de propriedades de menor tamanho, contrariando uma tendência histórica que se mantinha até 1980 (as propriedades de menos de 10 hectares responderam por 72% do acréscimo total de propriedades no campo entre 1980-85). Além disso, alguns projetos de incentivo à pequena agricultura podem ter encontrado seu momento de maturação em meados dos anos 80. Ver a respeito a revista *Globo Rural* (outubro de 1993:38-71).

(22) De outra parte, deve-se levar em conta que a transição demográfica pode ser teoricamente articulada à transição urbana, mormente no tocante à proporção majoritária de pessoas residentes em cidades com mais de 20 mil habitantes (áreas privilegiadas que experimentaram as grandes transformações que o país viveu nos últimos 50 anos). A partir de meados deste século, quando a maioria da população brasileira ainda vivia no campo, muitos elementos difundidos pelo meio urbano eram absolutamente novos e possuíam um forte poder de atração sobre pessoas, inclusive por razões socioculturais que ultrapassavam os fatores econômicos, mas que podem ser traduzidas na ampliação das possibilidades de consumo (real ou fictício) e de trabalho. Com o avanço da transição urbana, evidentemente, estas atrações, além de se rotinizarem, frequentemente mudam de sinal, constituindo-se em fatores de repulsão a muitos migrantes em potencial.

rização, importante fenômeno demográfico e econômico que vinha ocorrendo nos países desenvolvidos e que alcança, atualmente, regiões não desenvolvidas. O processo de desconcentração sintetizaria as deseconomias de escala derivadas dos custos crescentes associados a altas densidades no espaço urbano e a atração exercida pelas cidades secundárias ao se tornarem importantes do ponto de vista das vantagens aglomerativas. Níveis de saturamento e congestão de usos e atividades em pólos urbanos, preços excessivos de terrenos centrais, poluição, criminalidade, difusão de informações e inovações são fatores que ocorrem em países desenvolvidos e não desenvolvidos.

A desconcentração torna-se objeto da atenção de estudiosos não só pelas conseqüências que pode imprimir nas políticas públicas e ações de governo, mas porque contraria teses vigentes até muito recentemente sobre a tendência à macrocefalia urbana (nos moldes das megalópoles) e esvaziamento das áreas não centrais do interior do país.

Nos estudos sobre a reversão da polarização, a população tem sido frequentemente utilizada como indicador, mas nunca expressa através de fluxos migratórios. As migrações, variável-chave na formação dos mercados de trabalho e de consumo, devem ser consideradas tendo em conta seus efeitos cumulativos sobre as economias de aglomeração, constituindo-se em fator de atração de diversas atividades. As vantagens no uso analítico desse componente são evidentes, porquanto permitem observar aspectos econômicos no espaço, relacionados a emprego, renda e ocupação, e mesmo revelar condicionantes não-econômicos no interior do processo de redistribuição espacial da população. A análise dos fluxos e características das migrações internas pode elucidar vários aspectos que permeiam as questões da desconcentração econômico-espacial, no lato senso, e da des-

concentração populacional, no estrito senso.

Na verdade, nos processos de concentração-desconcentração espacial que vêm ocorrendo no Brasil, a população se comporta obedecendo à lógica dos fluxos econômicos, mas nem sempre e não necessariamente. Os fatores de repulsão nas áreas rurais, por exemplo, tiveram provavelmente mais peso do que os fatores de atração nas áreas urbanas. Isto quer dizer que, se no campo as condições de sobrevivência fossem razoáveis, a população poderia não ser compelida a migrar. No século passado, havia numerosos trabalhadores residentes nas áreas rurais (quando ainda havia relativa abundância de terra), mas não disponíveis à migração. Essa foi uma das razões que levou o Estado a importar mão-de-obra estrangeira.

A população nem sempre migra seguindo as correntes econômicas. Pessoas e atividades sofrem, ambas, os efeitos adversos decorrentes das deseconomias de aglomeração. Todavia, as respostas e reações podem divergir. Afinal, para as atividades econômicas ainda são freqüentes os incentivos e estímulos de toda ordem, ao passo que, para as populações, em sua maioria empobrecida e pouco qualificada para o trabalho, a exclusão social e econômica é algo bem visível nas inúmeras favelas e bolsões de sub-habitação das periferias dos grandes centros urbanos.

A propósito, deve-se considerar que, em contextos de crise econômica prolongada, pode crescer o número de indivíduos jovens propensos a migrar e/ou remigrar, porquanto faltariam empregos em setores tradicionalmente absorvedores de mão-de-obra. Nestes casos, podem surgir novos tipos de migrantes, com poucas chances de fixação nas áreas tradicionalmente receptoras, ou ocorrer, junto ao empobrecimento crescente, a erosão dos atributos da força de trabalho, elevando-se com isto

o número de excluídos do trabalho formal (23).

A desconcentração espacial que vem sendo registrada no Brasil recentemente pode ter sido uma resposta à crise econômica dos anos 80, ou mesmo uma reação tardia às políticas de desconcentração dos anos 70. Contudo, os novos processos de reconcentração econômica em importantes áreas do Sudeste podem não levar à reconcentração populacional, em função de pelo menos quatro fatores: (a) os dados têm sugerido fortemente a hipótese de reocupação de áreas rurais, mediante atividades agrícolas suportadas por uma nova estruturação fundiária; (b) as pressões derivadas da alta produção de população excedente nestas áreas vêm declinando nas duas últimas décadas, a partir da generalização da queda da fecundidade; (c) nas recentes áreas de atração de investimentos, em ambientes altamente urbanizados, os novos níveis de exigência de qualificação da mão-de-obra e a escassez de moradias acessíveis às camadas de baixa renda não favorecem a materialização de novos fluxos migratórios; (d) a própria dinâmica migratória, *vis-à-vis* o processo de exclusão econômica e social, fez surgir uma quantidade significativa de indivíduos sem residência fixa e disponíveis para trabalhos temporários que envolvem desde a colheita de gêneros agrícolas a obras diversas da indústria da construção.

Os poucos trabalhos sobre desconcentração espacial no Brasil que se utilizaram da variável população foram criticados por Azzoni em face do pequeno alcance analítico que dados baseados

em crescimento demográfico possuem. Os autores que assim procederam estavam conscientes destas limitações, mas advertiam para as dificuldades de se contar com dados econômicos espacializados. É evidente que, para um exame mais consistente desse processo, faz-se necessário o uso de dados sobre migrações internas. Estas informações, como se sabe, não se encontram facilmente disponíveis, e não foram ainda utilizadas nos trabalhos já publicados como indicadores de desconcentração espacial. Townroe e Keen (1984:52), que recorrem praticamente a todos os índices de reversão de polarização existentes baseados em crescimento populacional, entendem que o seu estudo, inegavelmente, permaneceu limitado, porquanto eles não trabalharam com tendências de migração.

A migração é, portanto, uma variável-chave neste tipo de análise, podendo evidenciar aspectos negativos da economia do *core* que vêm atingindo os indivíduos e favorecendo o sentimento de desilusão e descrença em relação à cidade grande.

Certamente, a modificação das tendências migratórias é sobretudo o resultado de adversidades bem palpáveis que atingem os indivíduos e as famílias de residentes em áreas centrais, e os estudos de casos já realizados o confirmam. Redwood (1984), por exemplo, chega a afirmar que várias cidades médias brasileiras vêm apresentando indicadores de produtividade econômica e de qualidade de vida superiores aos das grandes metrópoles. Townroe e Keen (1984) sublinham a congestão, os crimes, a poluição, os preços dos terrenos, a deterioração do

(23) Diante desse quadro, pode-se considerar: (a) a existência de expressivos contingentes de migrantes mais desgarrados de vínculos familiares, disponíveis à remigração (inclusive migração de retorno); (b) situações em que os indivíduos são informados sobre novas oportunidades de emprego em curto espaço de tempo, reduzindo, assim, as tendências inerciais da migração pela resposta mais rápida da população aos ciclos econômicos. Exemplos que se adequam a essa nova modalidade de migrante referem-se aos trabalhadores itinerantes que mudam de domicílio em função de oportunidades de trabalho em localidades distintas.

ambiente residencial e problemas de infra-estrutura como passíveis de estarem estimulando a saída de residentes da Grande São Paulo.

Até em Minas Gerais, estado historicamente fornecedor de população para São Paulo, são claros os sinais de reversão do padrão migratório, situação já prevista por Coelho *et al.* (1982:85). As autoras acreditavam que Minas evoluiria para uma situação de receptora de população na década de 80, algo inédito no século, em face da presença de atraentes áreas urbanas dinâmicas sediadas nas regiões do Centro, Triângulo e Noroeste e dos investimentos geradores de emprego

programados nos setores público e privado. Com a publicação dos dados do Censo de 1991, é provável que tais hipóteses se confirmem.

Entretanto, algo que não se cogitava até pouco tempo atrás é o fato de Belo Horizonte já estar experimentando um processo de declínio de seu crescimento demográfico, nos termos de uma redistribuição de sua população em direção à periferia metropolitana e a centros secundários do interior mineiro (cf. Matos, 1995), bem de acordo com parte dos argumentos até aqui arrolados na discussão sobre a desconcentração espacial da população no Brasil.

Referências bibliográficas

- AMARANTE, Luis A. e BONDIOLI, Paulo. "A apropriação regional da renda nacional no Brasil; 1975-85". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, vol. 1, n. 3, out.-dez., 1987.
- AZZONI, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil; 1930-1970*. Rio de Janeiro, Global, 1985.
- _____. "Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930". *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, ABEP, 1988, vol. 2, pp. 67-80.
- CASTRO, A. Barros de. "A industrialização descentralizada no Brasil". In: CASTRO, A. Barros de, *7 ensaios sobre a economia brasileira*, Rio de Janeiro, Forense, 1975.
- COELHO, A.L.N. *et al.* "A reversão do comportamento migratório mineiro: um desafio ao planejamento". *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, vol. 12, ns. 3-4, mar.-abr., 1982, pp. 46-88.
- DINIZ, C.C. "Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização". *Nova Economia - Revista de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 11, 1993, pp. 35-64.
- DINIZ, C.C. e LEMOS, M.B. "Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil". In: IPEA/ IPLAN, *Prioridades e perspectivas de políticas públicas para a década de 90*, Brasília, Ipea/Iplan, 1990, vol. 3, cap. 4, pp. 61-199.
- GOLDSTEIN, Sidney. "Facets of redistribution; research challenges and opportunities". *Demography*, Washington, vol. 13, n. 4, 1976, pp. 423-34.
- GREENWOOD, M. "Migrações internas nos Estados Unidos; uma revisão da literatura". In: MOURA, A.M. (coord.), *Migração interna; textos selecionados*, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- HADDAD, Paulo. *Economia regional; teorias e métodos de análise*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- HARDOY, J.E. e SATTERTHWAITE, D. *Small and intermediate urban centres; their role in national and regional development in third world*. Great Britain, Hodder and Stoughton, 1986.
- HERMANSEN, T. "Polos y centros de desarrollo en el desarrollo nacional y regional; elementos de un marco teórico". In: KUKLINSKI, A. R. (comp.), *Polos y centros de des-*

- cimiento en la planificación regional*, México, Fondo de Cultura Económica, 1977.
- HIRSCHMAN, A.O. *The strategy of economic development*. New Haven, Conn., 1958.
- IBGE. *Indicadores sociais; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, municípios com mais de 100.000 habitantes*. MASSENA, R.M. Rosa (org.), Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1988.
- ISARD, Walter. *Methods of regional analysis*. Massachusetts, The MIT Press, 1960.
- KATZMAN, Martin T. "Urbanização no Brasil a partir de 1945". In: BACHA, E. e KLEIN, H. S., *A transição incompleta; Brasil desde 1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp.177-229.
- LEMOS, M.B. *Espaço e capital; um estudo sobre a dinâmica centro X periferia*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 1988.
- MARTINE, G. "Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?". In: MOURA, A.M. (coord.), *Migração interna; textos selecionados*, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- MARTINE, G. e DINIZ, C.C. Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns. Liège, IUSSP, mimeo, 1989.
- MARTINE, G. e PELIANO, J.C. "Migrantes no mercado de trabalho metropolitano". *Série Estudos para o Planejamento*, Brasília, Ipea, 1976.
- MATOS, Ralf E.S. *Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte*. Tese de doutorado, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1995.
- MYRDAL, G. *Economic theory and underdeveloped regions*. Londres, Gerald Duckworth, 1958.
- OSÓRIO, Carlos. "Migrações recentes e desigualdades". In: MOURA, A.M. (coord.), *Migração interna; textos selecionados*, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1980, pp. 1.139-60.
- PERROUX, Frônçoise. *A economia do século XX*. Lisboa, Herder, 1967.
- PRED, Alan. *Sistemas de cidades em economias adiantadas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 118-24.
- QUIJANO, A. *Redefinición de la dependencia y el proceso de marginalización en América Latina*. Santiago, CEPAL, Division de Asuntos Sociales, 1968.
- REDWOOD III, John. "Reversion de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo". *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, Santiago, vol. 11, n. 32, dez. 1984.
- RICHARDSON, Harry W. *Elementos de economia regional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- _____. "Polarization reversal in developing countries". *The Regional Science Association Papers*, Los Angeles, vol. 45, nov. 1980.
- SANTOS, Milton. *Espaço & método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- SINGER, Paul. "Migrações internas; considerações teóricas sobre seu estudo". In: SINGER, P., *Economia política da urbanização*, São Paulo, Brasiliense, 1976.
- TOWNROE, P. e KEEN, D. M. "Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil". *Journal of the Regional Studies Association*, Cambridge, vol. 18, n. 1, fev. 1984.

RESUMO – Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. O trabalho aborda teoricamente a questão da desconcentração populacional, fenômeno que começa a se verificar no Brasil na atualidade. Para isto foi necessário descrever analiticamente o processo de formação das áreas de concentração econômica e demográfica ao longo do tempo, assinalando a importância de fatores explicativos tais como recursos naturais, intervenção do Estado e economias de

aglomeração, entre outros. Estes fatores, mais tarde, mudam de sinal e atuam como força de decompressão de atividades econômicas no espaço. Por outro lado, ao se focalizar a desconcentração populacional em particular, é importante considerar a existência de outros fatores que comparecem na discussão, a exemplo da transição demográfica e das razões não econômicas que movem os migrantes a saírem de grandes centros urbanos. Além disso, a desconcentração demográfica requer certa explicitação teórica em torno dos aspectos ligados à dinâmica excludente do mercado da terra urbana e do mercado de trabalho das áreas-core, algo que atinge inúmeros trabalhadores não-qualificados, especialmente em países não desenvolvidos como o Brasil.

ABSTRACT – Theoretical issues on population concentration and decentralization in space. *The paper focuses the issue of population decentralization in Brazil under a theoretical perspective. At first, it was necessary to proceed an analytic description of the historical process of formation of the economic and demographic concentration in the geographic space, emphasizing the importance of some explaining factors, such as: natural resources, state intervention and agglomeration economies. These factors, later on, begin to act the opposite direction, that is, dispersing economic activities in space. In addition, the focus on population decentralization requires the consideration of other issues, such as the demographic transition and the causes of migration flows from great urban centers to "secondary cities". Besides, it is important consider aspects related to the real access both to the land and labor markets of the "core-areas", which affect the unskilled workers, especially in less developed countries, like Brazil.*

(Recebido para publicação em setembro de 1995)